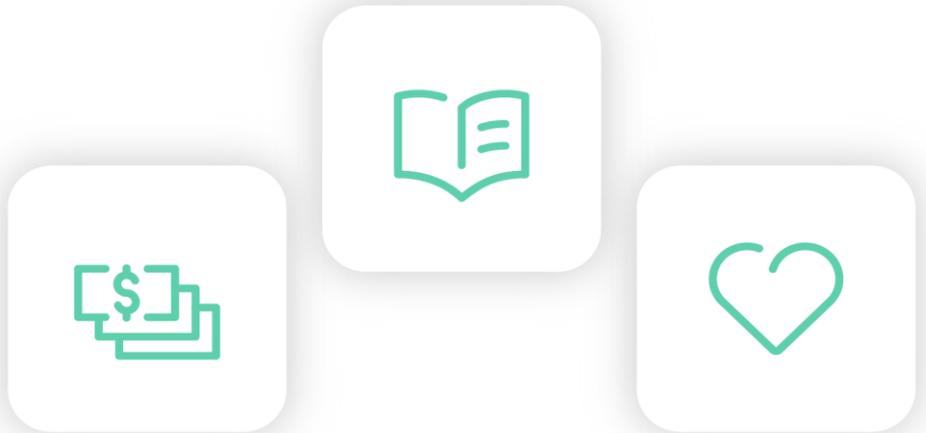




**Atlas do
Desenvolvimento
Humano** no Brasil

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - IDHM

METODOLOGIA



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.

FJP
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MEDINDO O DESENVOLVIMENTO HUMANO: O IDH E O IDHM

Desenvolvimento humano é o processo de ampliação das escolhas e do bem-estar das pessoas. O conceito de desenvolvimento humano, bem como sua medida, o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e com a colaboração e inspiração no pensamento do economista Amartya Sen.

Ao avançar para além da abordagem conceitual e dimensionar os avanços sociais por meio de uma medida que evidenciasse os distintos processos sociais dinâmicos de um território, permitiu que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) se convertesse em importante recurso de avaliação analítica para o conhecimento da realidade.

O IDH obteve grande repercussão mundial devido principalmente à sua simplicidade, fácil compreensão e pela forma mais holística e abrangente de mensurar o desenvolvimento. Transformando em um único número a complexidade de três importantes dimensões, o IDH tornou-se uma forma de compreensão e fomento da discussão e reflexão ampla sobre o significado de desenvolvimento humano para a sociedade.

Portanto, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado com base nas três dimensões conceituais básicas do desenvolvimento humano: **uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento** e um **padrão de vida decente**. A disponibilidade dos dados determina a cobertura do país no IDH. Para permitir comparações entre países, o IDH é, na medida do possível, calculado com base em dados das principais agências internacionais de dados e outras fontes de dados credíveis disponíveis no momento da redação deste documento.

Nesse sentido, a criação do índice possibilitou um pensamento inovador sobre o progresso e o desenvolvimento social, captando a ideia simples, porém relevante, de que a riqueza e o desenvolvimento vão muito além da renda. Ao longo dos anos, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil introduziu novas informações para avaliar o progresso na redução da pobreza, do reconhecimento das desigualdades entre grupos sociais distintos e a avaliação de indicadores que permitem os avanços na proposição de políticas públicas.

As três dimensões do IDH

A composição original do IDH é feita por três indicadores, que representam a oportunidade de uma sociedade de ter vidas longas e saudáveis, de ter acesso a conhecimento, e de ter comando sobre os recursos de forma a garantir um padrão de vida digno. Por meio das duas primeiras

dimensões, pretende-se avaliar a realização do bem-estar mediante a adoção de um estilo de vida resultante de escolhas livres e informadas, a partir das habilidades e conhecimentos acumulados. Já o comando sobre recursos indica se esse processo se deu livre de privações das necessidades básicas, como as de água, alimento e moradia.

As três dimensões do IDH



VIDA LONGA E SAUDÁVEL (longevidade)

Ter uma vida longa e saudável é fundamental para a vida plena. A promoção do desenvolvimento humano requer que sejam ampliadas as oportunidades que as pessoas têm de evitar a morte prematura, e que seja garantido a elas um ambiente saudável, com acesso à saúde de qualidade, para que possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental.



ACESSO AO CONHECIMENTO (educação)

O acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e da auto-estima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. Educação constrói confiança, confere dignidade, e amplia os horizontes e as perspectivas de vida.



PADRÃO DE VIDA (renda)

A renda é essencial para acessarmos necessidades básicas como água, comida e abrigo, mas também para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e exercício de liberdades. A renda é um meio para uma série de fins, possibilita nossa opção por alternativas disponíveis e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida.

Adaptando o IDHM Histórico

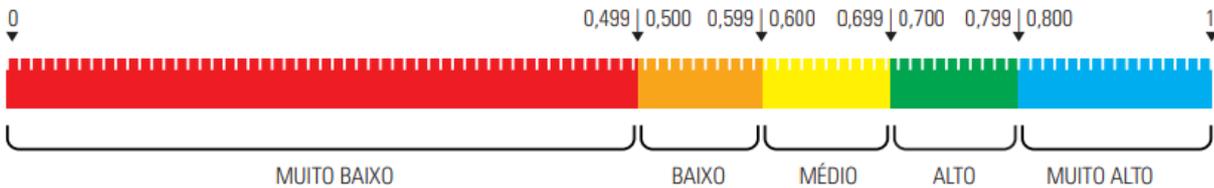
Em 1998, o Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular o IDH para todos os municípios brasileiros, com dados do Censo Demográfico, criando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em 2003, uma nova edição trouxe a série histórica de 1991 e 2000 para todo o país.

No ano de 2012, o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010. Também se recalculou o IDHM, a partir da metodologia adotada, para os anos de 1991 e 2000, por meio de uma minuciosa compatibilização das áreas municipais entre 1991, 2000 e 2010 para levar em conta as divisões administrativas ocorridas no período e permitir a comparabilidade temporal e espacial entre os municípios. O desafio já havia sido enfrentado nas edições do Atlas de 1998 e 2003.

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH global – **saúde, educação e renda**, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Como ler o IDHM?

Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal

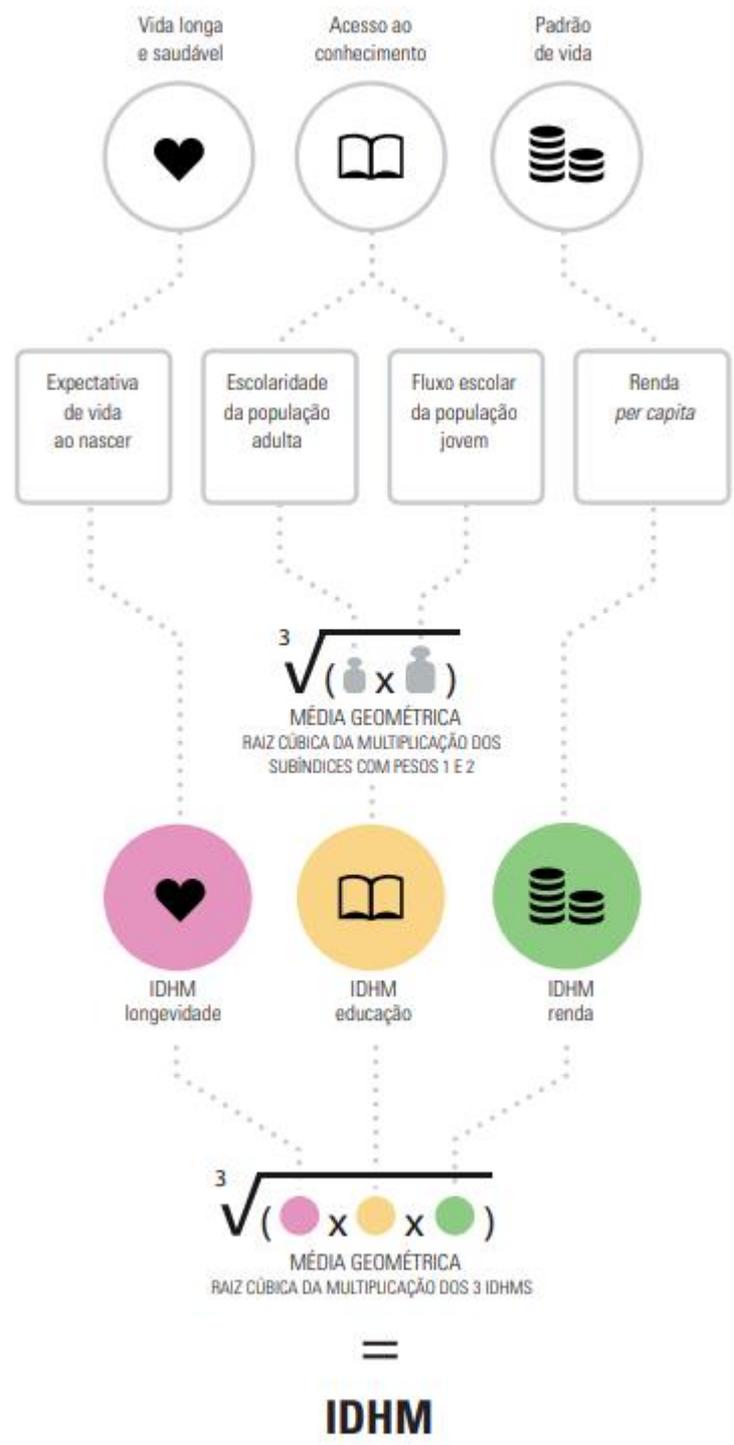


O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município.

Como é calculado o IDHM?

Embora inspirado pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – global, o IDHM possui ajustes para melhor se adequar à realidade brasileira, adaptando-se às bases de dados do Censo e às características inatas aos municípios. Por isso, não é possível realizar qualquer tipo de comparação entre o IDHM de um município e o IDH de um país, por exemplo. A construção da metodologia de cálculo do IDHM teve como objetivo adequar a metodologia do IDH global para:

- Ajustar a metodologia ao contexto brasileiro, buscando indicadores mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores – os municípios;
- Adaptar a metodologia do IDH global aos indicadores disponíveis nos Censos Demo gráficos brasileiros, de forma a garantir mesma fonte de dados e comparabilidade entre todos os municípios brasileiros.





IDHM Longevidade

É o resultado medido pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto, a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade.



IDHM Educação

É o resultado medido por meio de dois indicadores. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo - tem peso 1. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo - tem peso 2. A medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Isso facilita aos gestores identificar se crianças e jovens estão nas séries adequadas nas idades certas. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação.



IDHM Renda

É o resultado medido pela renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município – inclusive crianças e pessoas sem registro de renda.

As três dimensões de desenvolvimento humano adaptadas ao IDHM

Assim como o IDH global, o IDHM é obtido pela média geométrica dos três subíndices das dimensões que compõem o índice: **longevidade, educação e renda**.



Dimensão Longevidade

Vida longa e saudável

No IDHM, essa dimensão é medida pela esperança de vida ao nascer.

O que compõe a dimensão Longevidade do IDHM?



A dimensão Longevidade do IDHM considera a esperança de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que as pessoas municípios que residem em determinado lugar - município, Unidade Federativa (UF), Região Metropolitana (RM) ou Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados em cada período.

O que mede esse indicador?



A esperança de vida ao nascer pode ser considerada como indicador de longevidade, pois sintetiza, em um único número, o nível e a estrutura de mortalidade de uma população.

Por que este indicador?



A esperança de vida ao nascer sintetiza as condições sociais, de saúde e de salubridade de uma população ao considerar as taxas de mortalidade em suas diferentes faixas etárias. Todas as causas de morte são contempladas para se chegar ao indicador, tanto doenças quanto causas externas, tais como violência e acidentes.

Como é calculado este indicador?



Os indicadores propostos para o bloco demográfico do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – incluindo a esperança de vida ao nascer – não podem ser obtidos diretamente das informações dos Censos Demográficos, recorrendo-se, então, a técnicas indiretas para sua obtenção. Foram utilizados os métodos desenvolvidos por William Brass (1968), tanto a técnica de Mortalidade Infante-Juvenil para os indicadores de longevidade e mortalidade, como a técnica para o cálculo da estimativa da taxa de fecundidade total. Entretanto, deve-se destacar que essas técnicas necessitaram de algumas adaptações para serem aplicadas em níveis espaciais com baixos volumes populacionais, como em muitos municípios ou áreas intramunicipais. Essa adaptação foi feita pelo Professor José Alberto Magno de Carvalho, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além disso, essa metodologia, para ser aplicada, necessita de uma função de mortalidade padrão. O ideal seria que fosse conhecido o padrão de mortalidade de cada população em questão. Quando este não é conhecido, lança-se mão ou de tábuas-modelo de mortalidade ou de uma tábua de mortalidade de uma determinada população cujo padrão de mortalidade é considerado semelhante ao da população em estudo. No caso específico do cálculo para os municípios e UDHs brasileiras, foram utilizadas, como padrão, tábuas geradas para níveis de agregação de seus respectivos estados. Para os anos de 1991 e 2000, tomaram-se como padrão de mortalidade tábuas desenvolvidas pelo próprio Cedeplar para os estados brasileiros, tendo como fonte o Censo Demográfico de 1991 e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD), da década de 90. Para o ano de 2010, adotaram-se também tábuas estimadas pelo Cedeplar, mas que já incorporam, em seus cálculos, resultados do Censo Demográfico de 2010.

Limitações



A principal limitação para o uso deste indicador decorre do fato de não serem conhecidos os padrões de mortalidade dos recortes espaciais que, para tanto, deveriam dispor de estatísticas vitais fidedignas. Essa lacuna foi preenchida, tanto no caso dos municípios como no caso das UDHS, adotando-se o padrão de mortalidade de seu estado, determinado pelas Tabelas de Sobrevivência, desenvolvidas pelo Cedeplar/UFMG, para cada uma das unidades federativas. Reconhece-se que esse é um pressuposto não trivial. As mesmas disparidades apontadas pelas tabelas de sobrevivência em termos estaduais devem ocorrer dentro de cada estado, pois as desigualdades inter-regionais existentes no país se reproduzem também no nível estadual.

Peso das variáveis



Apenas uma variável com peso 1 no cômputo geral do índice.

Comparação e ajustes a partir do IDH Global



Para a dimensão Longevidade, o IDHM considera o mesmo indicador que o IDH Global.

Fonte da informação

Censo Demográfico e PNAD Contínua do IBGE.



Desde 1970, as tabulações dos Censos Demográficos permitem a utilização da técnica de Brass de estimação, ao fornecer as informações necessárias para o cálculo dos indicadores de fecundidade - nascidos vivos durante os 12 meses anteriores à data do Censo (fecundidade corrente) e total de nascidos vivos (fecundidade retrospectiva ou parturição) – e de mortalidade – total de filhos nascidos vivos e total de filhos na data do Censo – por faixa etária das mulheres.

Indicadores de suporte à análise da dimensão Longevidade do IDHM



Dois blocos de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil podem ser utilizados na avaliação das condições de saúde. O primeiro bloco, composto de indicadores de longevidade e mortalidade, inclui a taxa de mortalidade infantil, as probabilidades de morte até 5, 40 e 60 anos de idade e a esperança de vida ao nascer. O segundo bloco é composto pela taxa de fecundidade total. A taxa de mortalidade infantil traduz o impacto das condições socioeconômicas da área geográfica de referência do recém-nascido. Quanto mais desenvolvida for uma região, mais a mortalidade infantil se relaciona a causas endógenas, determinadas pelos riscos de mortalidade neonatal (primeiros 28 dias de vida). Nas regiões menos desenvolvidas, além das causas endógenas, acrescentam-se, de forma determinante, as causas exógenas, entre elas a desnutrição e as doenças infecciosas e respiratórias. As probabilidades de morte espelham privações em distintas etapas da vida, em que

diferentes causas atuam negativamente. O comportamento da taxa de fecundidade total vincula-se às transformações vivenciadas pela população brasileira na chamada “transição demográfica”, na qual a rápida queda dos níveis de fecundidade determinou o volume populacional e a nova configuração nacional em termos de estrutura etária.

Como é o cálculo da dimensão Longevidade do IDHM



O processo utilizado para transformar o indicador *esperança de vida ao nascer*, cuja unidade é “anos de vida”, em Índice de Longevidade, foi o da escolha de parâmetros máximos e mínimos que normalizassem o indicador através da fórmula: $I = (\text{valor observado} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})$.

Foram adotados os mesmos valores máximo e mínimo adotados pelo IDHM em suas edições anteriores:

Máximo: 85 anos

Mínimo: 25 anos

Assim, se um município, UF, região metropolitana ou UDH tem uma esperança de vida ao nascer de 70 anos, seu IDHM Longevidade será: $(70 - 25) / (85 - 25) = 45 / 60$
=> IDHM Longevidade = 0,750.



Dimensão Educação

Acesso ao conhecimento

No IDHM, essa dimensão é medida pela escolaridade da população adulta e pelo fluxo escolar da população jovem.

O que compõe a dimensão Educação do IDHM?



A dimensão Educação do IDHM é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem.

O que mede esse indicador?



A **escolaridade da população adulta** é medida pelo percentual da população de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo.

O **fluxo escolar da população jovem** é medido pela média aritmética (1) do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola; (2) do percentual de

jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental regular; (3) do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; e (4) do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

Por que este indicador?



A **escolaridade da população adulta** reflete o funcionamento do sistema educacional em períodos passados e considera que a população adulta brasileira deveria ter completado, pelo menos, o ensino fundamental em sua passagem pelo sistema educacional.

Os indicadores do **fluxo escolar da população jovem** acompanham a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação: entrada no sistema educacional; finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental (neste caso, é captado somente o ensino regular); e conclusão do ensino fundamental e do ensino médio. Os indicadores medem a adequação idade-série desse fluxo, pressupondo que as crianças, ao menos a partir dos 5 anos de idade, precisam já estar na escola; que as crianças de 12 anos precisam estar nos anos finais do ensino fundamental; que os jovens de 16 anos precisam ter concluído o ensino fundamental; e que os jovens de 19 anos precisam ter concluído o ensino médio. A expansão dessas faixas etárias no cálculo do indicador se dá por questões amostrais e estatísticas.

Como é calculado este indicador?



Os indicadores são obtidos a partir das respostas ao questionário da amostra do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD Contínua.

Limitações



A medida da educação da população jovem não inclui toda a população em idade escolar e frequentando a escola, captando apenas determinados momentos da passagem da população jovem pelo sistema educacional. Além disso, no caso do indicador que envolve definição de série, “anos finais do fundamental”, capta apenas o ensino regular. Também adota, por questões amostrais e estatísticas, faixas etárias ampliadas daquela faixa etária ideal: 12 anos nos anos finais do fundamental, 16 anos com ensino fundamental completo, e 19 anos com ensino médio completo.

A medida da educação da população adulta limita a avaliação desta população àqueles que completaram o ensino fundamental, não incluindo aqueles que tiveram alguma passagem pelo sistema educacional sem completar ciclos. Também pressupõe como suficiente o ensino fundamental completo, quando já se considera como básico o ensino médio completo.

Peso das variáveis



Escolaridade da população adulta – Peso 1

Fluxo escolar da população jovem – Peso 2

Comparação e ajustes a partir do IDH Global



Assim como o IDH Global, o IDHM na dimensão Educação é composto por um indicador que fornece informação sobre a situação educacional da população adulta e um referente à população em idade escolar. Entretanto, as variáveis são outras. No caso da população adulta, não há no Censo Demográfico de 2010 a informação da média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais, indicador utilizado no IDH Global. Assim, foi feita uma adaptação da variável, adotando-se a proporção da população de 18 anos ou mais que concluiu o ensino fundamental.

No caso da população jovem, a metodologia aplicada pelo IDH Global a partir de 2010 – os anos esperados de escolaridade – é uma medida de retenção das pessoas na escola, independentemente da repetência, o que não se aplica para o caso brasileiro, já que o desafio atual da educação no país é a qualidade do ensino e a adequação do fluxo escolar, mais que a entrada e a permanência no sistema. Também inclui educação superior, o que não se aplica ao caso brasileiro.

No IDH Global, os anos esperados de escolaridade consideram a frequência escolar da população do nível primário ao ensino superior. Enquanto isso, no IDHM considera-se a frequência da população que deveria estar frequentando a escola até o nível básico.

Fonte da informação



Censo Demográfico e PNAD Contínua do IBGE.

Indicadores de suporte à análise da dimensão Educação do IDHM



Além dos cinco indicadores que compõem o IDHM Educação, o Atlas Brasil apresenta outros indicadores, que permitem uma visão mais completa e detalhada da situação local nesta dimensão, abordando, para faixas etárias diferenciadas, os temas: analfabetismo, grau de escolaridade (fundamental completo, médio completo, superior completo) e frequência escolar (frequência bruta, líquida, atraso escolar). O Atlas também apresenta o indicador Expectativa de anos de estudo, que é uma adaptação metodológica da métrica usada no IDH Global, mas considerando 12 anos como máximo de anos de estudos da educação formal (ensino básico) e ajustando estes valores para repetência. Ou seja, considera apenas a adequação da frequência escolar até os 18 anos de idade. No caso de um fluxo escolar ideal, em que todas as pessoas ingressam aos 6 anos no ensino fundamental e não há repetência ou abandono ao longo do ensino básico, esse indicador assumiria o valor de 12 anos.

Como é o cálculo da dimensão Longevidade do IDHM



Considerando-se que as taxas de frequência e de conclusão variam entre 0% e 100% e que os valores mínimo e máximo escolhidos são também 0% e 100%, para "convertê-las" em um índice variando de 0 a 1, basta dividir a taxa por 100.

Assim, se um determinado lugar tem:

- 65% de sua população adulta (18 anos ou mais) com ensino fundamental completo;
- 85% de crianças de 5 a 6 anos na escola;
- 80% de crianças de 11 a 13 nos anos finais do ensino fundamental;
- 70% de crianças de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo;
- 50% de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

Seu **índice de escolaridade da população adulta** será 0,650.

Seu **índice de fluxo escolar da população jovem** será a média aritmética dos subíndices referentes aos 4 indicadores, com peso igual = $(0,850+0,800+0,700+0,500) / 4 = 0,712$

Seu **IDHM Educação** será a média geométrica desses dois índices, com peso 1 para o índice de escolaridade e peso 2 para o índice de fluxo = $\sqrt[3]{0,650 * 0,712 * 0,712} = 0,691$



Dimensão Renda

Padrão de vida

No IDHM, essa dimensão é medida pela renda mensal *per capita*.

O que compõe a dimensão Renda do IDHM?



A dimensão Renda do IDHM considera a renda *per capita* da população, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em um determinado lugar (município, UF, região metropolitana ou UDH), expressa em reais e ajustada em valores de 1º de agosto de 2010.

O que mede esse indicador?



A **renda *per capita*** mede a capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte dos habitantes do lugar de referência.

Por que este indicador?



Esse é um indicador da capacidade dos habitantes de um determinado lugar de garantir um padrão de vida capaz de assegurar suas necessidades básicas, como água, alimento e moradia.

Como é calculado este indicador?



Os valores são obtidos das respostas ao questionário da amostra do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD Contínua para o período intercensitários. O indicador corresponde à razão entre o somatório de todos os rendimentos de todos os indivíduos residentes no lugar de referência, recebidos no mês anterior à data do Censo, e o número total desses indivíduos. Os valores dos rendimentos apurados a partir do Censo Demográfico de 1991 e 2000,

em cruzeiros de 1º de setembro de 1991 e em reais de 1º de agosto de 2000, foram convertidos em reais constantes de 1º de agosto de 2010 (data de referência do Censo de 2010). Para isso, foi utilizada a série do Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC) do IBGE (convertida em uma série centrada no primeiro dia de cada mês) mas, considerando-se que essa série subestimou em 22,25% a inflação em julho/1994, aplicou-se, a partir dessa data, um fator corretor de 1,2225.

Limitações



A grande limitação desse indicador é não considerar a desigualdade de renda entre os habitantes da área de referência. Assim, um município, por exemplo, pode apresentar uma elevada renda *per capita*, mas, ao mesmo tempo, pode ter uma grande parcela de sua população vivendo na pobreza.

Peso das variáveis



Apenas uma variável com peso 1 no cômputo geral do índice.

Comparação e ajustes a partir do IDH Global



O Produto Interno Bruto (PIB) é o valor agregado na produção de todos os bens e serviços ao longo de um ano dentro de determinada fronteira. O PIB *per capita* é a divisão desse valor pela população do país e foi o indicador usado pelo PNUD, mundialmente, para o cálculo do IDH dos países e dos estados até 2010. Em 2010, esse indicador foi substituído pela RNB (Renda Nacional Bruta) *per capita*.

Na avaliação da renda dos habitantes de um município ou de uma UDH, o uso do PIB *per capita* torna-se inadequado ou indisponível (no caso das UDHs), pois, nem toda a renda gerada pela produção dentro da área geográfica de referência é apropriada pela população residente (e vice-versa). Por outro lado, não há estatísticas municipais ou intramunicipais para a RNB *per capita*. A alternativa adotada é o cálculo da renda *per capita* de cada lugar, auferida a partir do Censo Demográfico.

Fonte da informação



Censo Demográfico e PNAD Contínua do IBGE.

Indicadores de suporte à análise da dimensão Renda do IDHM



Além da renda *per capita* municipal, o Atlas inclui, como suporte à análise dessa dimensão, diversos indicadores de desigualdade de renda (renda *per capita* por quinto da população, razão entre a renda *per capita* dos 10% e dos 20% mais ricos e a renda *per capita* dos 40% mais pobres, índices de Gini e de Theil) e de pobreza (considerando 3 linhas de pobreza - R\$70, R\$140 e R\$255). Para o cálculo desses indicadores, adota-se a renda domiciliar *per capita*, tomando-se como pressuposto que, em um mesmo domicílio, todas as pessoas têm o mesmo rendimento.

Como é o cálculo da dimensão Longevidade do IDHM



Para o cálculo da dimensão Renda do IDHM, aplica-se a fórmula:

$$\text{IDHM-R} = [\ln(\text{renda per capita do local de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})] / [\ln(\text{valor máximo de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]$$

A aplicação do logaritmo na fórmula aproxima os maiores valores de renda *per capita* dos menores e, com isso, reduz a desigualdade de renda existente. Mas esse procedimento considera que, à medida que a renda *per capita* se eleva, o retorno desse acréscimo de renda, em termos de desenvolvimento humano, diminui.

Máximo: R\$4.033,00 - corresponde ao valor da menor renda *per capita* entre os 10% mais ricos residentes na UF com maior renda média do país no período analisado, o Distrito Federal.

Mínimo: R\$8,00 - corresponde a aproximadamente US\$100 PPC, limite adotado para o cálculo do IDH Global.

Assim, por exemplo, para uma localidade com renda *per capita* de R\$ 827,35, o cálculo ficaria assim:

$$\text{IDHM-R} = (\ln 827,35 - \ln 8,00) / (\ln 4033,00 - \ln 8,00) \Rightarrow \text{IDHMR} = 0,745.$$

AS UNIDADES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - UDH

As UDHs são recortes territoriais localizados dentro das áreas metropolitanas que podem ser uma parte de um bairro, um bairro completo ou, em alguns casos, até um município pequeno. A definição dos limites das UDHs é entendida a partir da homogeneidade socioeconômica das mesmas, formadas com base nos setores censitários do IBGE.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (UDH)

Os dados dos Censos Demográficos, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE são liberados apenas de forma agregada, isso ocorre para evitar a exposição de informações personalizadas. As informações constantes no questionário aplicado no universo dos domicílios, os dados estão disponíveis para os setores censitários, já no caso do questionário da amostra, o qual o Atlas da Vulnerabilidade Social retira seus indicadores, os dados estão disponíveis apenas para as áreas de ponderação. Nesse sentido, para obter o acesso aos dados do questionário da amostra para recortes espaciais diferentes daqueles correspondentes às áreas de ponderação, ou a agregações dessas áreas, é necessário submeter um projeto com a proposta da nova agregação para avaliação do IBGE, observando as exigências de confiabilidade estatística e obedecendo a critérios que serão rigorosamente avaliados por um comitê técnico do instituto.

Entre os parâmetros avaliados pelo comitê, destaca-se, em especial, a exigência de que as áreas criadas devem ter, pelo menos, 400 domicílios particulares permanentes amostrados. Uma vez aprovado o projeto com a criação de novos recortes espaciais para extração de dados, os usuários utilizam uma sala especial disponibilizada pelo IBGE, a chamada “sala de sigilo”, onde têm acesso aos microdados dos Censos segundo sua agregação espacial. Os resultados agregados obtidos a partir dos microdados passam ainda pela avaliação de consistência pelo IBGE antes de serem finalmente liberados ao usuário.

O QUE É UM SETOR CENSITÁRIO?

O setor censitário é constituído de áreas contíguas delimitadas para atender aos parâmetros da coleta dos questionários dos censos e para controle cadastral. O número de domicílios nele contidos e sua dimensão territorial são definidos de forma a permitir o levantamento das informações por um único recenseador. É definido em função da rota do recenseador, obedecendo a barreiras físicas e à lógica dos logradouros.

Sua configuração assemelha-se às rotas dos leituristas de relógio de água, de energia elétrica, de endereçamento postal ou de coleta de lixo (normalmente quarteirões em centros urbanos, prédios muito grandes, etc.). Com isso, tende a ser mais homogêneo nas áreas de maior densidade populacional e menos nas mais rarefeitas.

O QUE É UMA ÁREA DE PONDERAÇÃO?

A área de ponderação, por seu turno, é uma unidade geográfica formada por um agrupamento de setores censitários contíguos, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas obtidas com a amostra com as informações conhecidas para a população como um todo.

CRITÉRIOS PARA A DIVISÃO DAS UDHS

As UDHS foram delineadas buscando gerar áreas mais homogêneas do ponto de vista das condições socioeconômicas em comparação com as áreas de ponderação do IBGE. Ou seja, elas são construídas com o objetivo de melhor captar a diversidade de situações que ocorrem no interior dos espaços intrametropolitanos, notadamente em seus grandes municípios, para desvendar o que é escondido pelas médias municipais agregadas. Enquanto a lógica das áreas de ponderação do IBGE atende a quesitos técnicos relacionados ao processo de coleta e amostragem, as UDHS estão voltadas para a análise espacial das Regiões Metropolitanas (RM) por meio de recortes espaciais de maior homogeneidade socioeconômica, com o objetivo de retratar as desigualdades intrametropolitanas de forma mais contundente.

VALIDAÇÃO LOCAL

No processo de delimitação das UDHS, foi necessário contar com o conhecimento e a colaboração técnica de instituições e pesquisadores de todas as RMs abrangidas pelo Atlas, para que eles pudessem, a partir de uma base de informações socioeconômicas em nível de setores censitários (foram disponibilizadas informações do Censo-Universo como renda, número de banheiros dos domicílios, entre outras), propor a configuração de recortes espaciais intrametropolitanos mais homogêneos que atendessem às exigências técnicas do IBGE.

Além disso, essas novas unidades espaciais deveriam ser reconhecidas, inclusive, por denominações já utilizadas pela população. Na medida do possível, tais unidades se constituiriam em agregações de setores censitários que apresentariam áreas contíguas, visando facilitar sua nomenclatura e reconhecimento.

A construção das UDHS, portanto, foi um trabalho que exigiu a articulação de um conjunto expressivo de parceiros (articulados por meio da Plataforma Ipea de Pesquisa em Rede – Rede Ipea). Os parceiros propuseram a configuração desses espaços intrametropolitanos, respeitando os critérios e exigências do IBGE, os quais deveriam ser os mais homogêneos possíveis em termos socioeconômicos (homogeneidade), contíguos (contiguidade) e que fossem reconhecidos por parte da população residente (identidade).

DIVISÃO REGIONAL

Nos municípios em que havia recortes regionais compatíveis com a malha dos setores censitários do Censo Demográfico 2010, essas áreas foram respeitadas, de modo que os indicadores estão disponíveis para níveis territoriais (regiões administrativas, regionais, distritos, subprefeituras, etc.) intermediários, inframunicipais, que são agregações das UDHS que compõem essas escalas.

LIMITAÇÕES

No processo de construção das novas agregações que viriam a conformar as UDHS, observou-se que, em diversos casos, tornava-se difícil atender ao critério de um mínimo de 400 domicílios particulares permanentes amostrados e, simultaneamente, observar o critério da homogeneidade socioeconômica.

Considerando esse problema técnico-metodológico, procedeu-se a uma agregação de áreas descontínuas que guardassem semelhanças entre si, segundo os aspectos descritos inicialmente e que também pudessem ser reconhecidas, independentemente do tamanho.

Este processo de agregação era implementado até atingir o tamanho mínimo dos 400 domicílios particulares permanentes amostrados. Tal procedimento se justifica, por exemplo, quando se registram pequenas vilas/favelas incrustadas em bairros de alta renda ou inversamente, quando existem condomínios de luxo incrustados em bairros de população de baixa renda ou de características domiciliares muito distintas. Ao final, é como se fossem geradas novas áreas de ponderação com maior homogeneidade socioeconômica, mas sem contiguidade espacial.

DICIONÁRIO

O dicionário abaixo oferece uma explicação simplificada acerca dos principais temas abordados pelo Atlas.

Demografia e Saúde

Este bloco contém indicadores de **probabilidade de sobrevivência** (esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil, mortalidade de crianças até 5 anos e, por fim, mortalidade de pessoas até 40 anos. até 5 e até 40 anos).

Além disso, esse bloco apresenta dados de **fecundidade** (fecundidade total), obtidos indiretamente, a partir das informações dos Censos Demográficos e de tábuas de sobrevivência, através da técnica de Brass. Este bloco também contém indicadores da **estrutura etária** das populações (taxa de envelhecimento e % da população em domicílios com elevada razão de dependência).

Esperança de vida ao nascer

Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do Censo.

Taxa de fecundidade total

Número médio de filhos que uma mulher deverá ter ao terminar o período reprodutivo (15 a 49 anos de idade).

Mortalidade infantil

Número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas.

Mortalidade até 5 anos de idade

Probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exata de 5 anos, por 1000 crianças nascidas vivas.

Probabilidade de sobrevivência até 40 anos

Probabilidade de uma criança recém-nascida viver até os 40 anos, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade do ano do Censo

% de pessoas que vivem em domicílios com razão de dependência > 75%

Razão entre as pessoas que vivem em domicílios nos quais a razão de dependência é maior do que 75% e o total de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. Razão de dependência é medida pela razão entre o número de pessoas com 14 anos ou menos e de 65 anos ou mais de idade (população dependente) e o número de pessoas com idade de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa) multiplicado por 100.

Taxa de envelhecimento

Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população total multiplicado por 100.

EDUCAÇÃO

Este bloco contém indicadores relacionados ao **grau de analfabetismo** de diferentes faixas etárias da população (11 a 14 anos, 15 a 17, 15 ou mais, 18 a 24, 18 ou mais, 25 a 29 e 25 ou mais) e ao **grau de escolaridade** (fundamental completo, médio completo e/ou superior completo) da população adulta - 18 anos ou mais e 25 anos ou mais – e de faixas etárias específicas (15 a 17, 18 a 20, 18 a 24).

Além disso, este bloco contém uma série de indicadores de **atendimento ou frequência simples** (frequência a qualquer nível ou modalidade de ensino) para diferentes faixas etárias (até 5, 5 a 6, 6 a 14, 15 a 17, 6 a 17, 18 a 24 e 25 a 29) e de **frequência qualificada** (taxas **bruta** e **líquida** de frequência aos níveis fundamental, médio, básico e superior de ensino; % da população com **atraso idade-série** de 2 anos ou mais nos níveis fundamental, médio e básico; **expectativa de anos de estudo** aos 18 anos de idade).

Cabe notar que os indicadores de frequência qualificada foram calculados considerando o ensino regular seriado, mas, no caso das taxas líquida e bruta, foram **também** calculadas considerando, além do ensino regular seriado, o regular não seriado, o EJA (Educação de Jovens e Adultos) e o supletivo.

Expectativa de anos de estudo

Número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar.

Taxa de analfabetismo da população de 11 a 14 anos de idade

Razão entre a população de 11 a 14 anos de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.

Percentual da população de 18 anos ou mais com fundamental completo

Razão entre as pessoas de 18 anos ou mais que completaram o ensino fundamental em qualquer das modalidades (curso regular seriado e não seriado, Ensino de Jovens e Adultos - EJA - e supletivo) e a população total nessa faixa etária, multiplicado por 100.

Taxa de atendimento da população de 6 a 14 anos

Razão entre a população de 6 a 14 anos de idade que estava frequentando a escola, em qualquer nível ou série, e a população total nesta faixa etária, multiplicada por 100.

Taxa de frequência bruta ao básico

Razão entre o número total de pessoas de qualquer idade frequentando o ensino básico (fundamental ou médio) e a população na faixa etária de 6 a 17 anos multiplicado por 100. Duas taxas foram calculadas: uma considerando apenas a frequência ao ensino básico regular seriado e outra, todas as modalidades (incluindo curso regular seriado e não seriado, Ensino de Jovens e Adultos - EJA - e supletivo).

Taxa de frequência líquida ao básico

Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 6 a 17 anos frequentando o ensino básico (fundamental ou médio) e a população total dessa mesma faixa etária multiplicado por 100. Duas taxas foram calculadas, uma considerando apenas a frequência ao ensino básico regular seriado e outra, todas as modalidades (incluindo curso regular seriado e não seriado, Ensino de Jovens e Adultos - EJA - e supletivo).

Percentual da população de 6 a 17 anos de idade frequentando o ensino básico que tem 2 anos ou mais de atraso idade-série

Razão entre o número de pessoas de 6 a 17 anos frequentando o ensino básico regular seriado (fundamental + médio) com atraso idade-série de 2 anos ou mais e o número total de pessoas nessa faixa etária frequentando esse nível de ensino multiplicado por 100. O atraso idade-série é calculado pela fórmula: [(idade - 5) - número da série frequentada], na qual o número da série frequentada é 10, 11 e 12 para as pessoas que frequentam a 1ª, a 2ª e a 3ª séries do ensino médio, respectivamente. As pessoas de 6 a 14 anos frequentando a pré-escola foram consideradas como se estivessem no 1º ano do ensino fundamental. As pessoas de 15 a 17 anos frequentando a 4ª série do ensino médio foram consideradas como já tendo concluído esse nível de ensino.

RENDA

Este bloco contém indicadores de **nível de renda** (renda *per capita*, total e por quintos da população, valor dos quintis); de **pobreza**, de acordo com as linhas de pobreza de R\$70,00, R\$140,00 e R\$255,00 de renda domiciliar *per capita* (proporções de pessoas extremamente pobres, de pobres e de vulneráveis à pobreza e proporções de crianças extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza); e de **desigualdade de renda** (índices de Gini e Theil-L, razão entre a renda *per capita* dos 20% mais ricos e dos 40% mais pobres).

Renda *per capita*

Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.

Proporção de extremamente pobres

Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Proporção de pobres

Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Proporção de vulneráveis à pobreza

Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Razão 20% mais ricos / 40% mais pobres

Medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Compara a renda *per capita* média dos indivíduos pertencentes ao quinto mais rico dessa distribuição com a renda *per capita* média dos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Índice de Theil – L

Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, excluindo aqueles com renda domiciliar *per capita* nula. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica da renda domiciliar *per capita* dos indivíduos, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre eles e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.

Índice de Gini

Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar *per capita* de todos os indivíduos têm o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

TRABALHO

Este bloco contém **indicadores de atividade e desocupação** (taxa de atividade e taxa de desocupação) para diferentes faixas etárias da população (10 ou mais, 10 a 14, 15 a 17, 18 a 24 e 25 a 29).

Além disso, este bloco contém uma série de **indicadores de caracterização dos ocupados** de 18 anos ou mais de idade, abrangendo **setor** de atividade, grau de **formalização**, grau de **escolaridade**, **posição na ocupação** e **rendimento** do trabalho.

Taxa de atividade - 10 anos ou mais

Razão entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do Censo e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100. Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.

Taxa de desocupação - 10 anos ou mais

Corresponde ao percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data do Censo, mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa. A PEA é o somatório das pessoas ocupadas e desocupadas.

Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais

Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais formalmente ocupadas e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100. Foram considerados como formalmente ocupados os empregados com carteira de trabalho assinada, os militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, os empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos, assim como os empregadores e trabalhadores por conta própria que eram contribuintes de instituto de previdência oficial.

Percentual dos ocupados no setor serviços

Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas no setor de serviços e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária, multiplicada por 100.

Percentual dos ocupados com fundamental completo

Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas que já concluíram o ensino fundamental (regular seriado, regular não seriado, EJA ou supletivo) e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária, multiplicada por 100.

Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são trabalhadores por conta própria

Razão entre o número de trabalhadores por conta própria de 18 anos ou mais de idade e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária, multiplicada por 100.

Rendimento médio dos ocupados

Média dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de 18 anos ou mais de idade. Valores em reais de agosto de 2010.

HABITAÇÃO

Este bloco contém indicadores relacionados às condições habitacionais, envolvendo **características da habitação** (tipo de parede e número de pessoas por dormitório) e **acesso a serviços** (água, esgoto, lixo e luz).

Percentual da população que vive em domicílios com água encanada

Razão entre a população que vive em domicílios particulares permanentes com água canalizada para um ou mais cômodos e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. A água pode ser proveniente de rede geral, de poço, de nascente ou de reservatório abastecido por água das chuvas ou carro-pipa.

Percentual da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada

Razão entre a população que vive em domicílios particulares permanentes com água encanada em pelo menos um de seus cômodos e com banheiro exclusivo e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. A água pode ser proveniente de rede geral, de poço, de nascente ou de reservatório abastecido por água das chuvas ou carro-pipa. Banheiro exclusivo é definido como cômodo que dispõe de chuveiro ou banheira e aparelho sanitário.

Percentual da população em domicílios com densidade > 2

Percentual da população que vive em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório. Razão entre a população que vive em domicílios particulares permanentes com densidade superior a 2 e a população total residente em domicílios particulares permanentes

multiplicado por 100. A densidade do domicílio é dada pela razão entre o total de moradores do domicílio e o número total de cômodos usados como dormitório.

Percentual da população que vive em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo

Razão entre a população que vive em domicílios com coleta de lixo e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. Estão incluídas as situações em que a coleta de lixo realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes localizados em área urbana.

Percentual da população que vive em domicílios com energia elétrica

Razão entre a população que vive em domicílios particulares permanentes com iluminação elétrica e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. Considera-se iluminação proveniente ou não de uma rede geral, com ou sem medidor.

Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados

Razão entre as pessoas que vivem em domicílios cujo abastecimento de água não provem de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

Percentual de pessoas em domicílios com paredes inadequadas

Razão entre as pessoas que vivem em domicílios cujas paredes não são de alvenaria nem de madeira aparelhada e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

VULNERABILIDADE

Este bloco reúne indicadores de **vulnerabilidade por dimensão**, selecionados dos demais blocos de indicadores, e de **vulnerabilidade multidimensional**, que conjugam vulnerabilidades simultâneas em diferentes dimensões.

Percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos

Razão entre as pessoas que vivem em domicílios vulneráveis à pobreza (com renda *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010) e nos quais pelo menos metade da renda domiciliar provém de moradores com 65 anos ou mais de idade e a população total que reside em domicílios vulneráveis à pobreza e com pelo menos uma pessoa idosa multiplicado por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza

Razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis à pobreza e a população vulnerável à pobreza nessa mesma faixa etária (15 a 24 anos), multiplicado por 100. Define-se como vulnerável à pobreza a pessoa que mora em domicílio com renda *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

Percentual de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos

Razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio, não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos 1 filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio e o número total de mulheres chefes de família com filho menor de 15 anos de idade, multiplicado por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

Percentual de pessoas vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho

Razão entre as pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade que vivem em domicílios vulneráveis à pobreza (com renda *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010) e que gastam mais de uma hora em deslocamento até o local de trabalho e o total de pessoas ocupadas nessa faixa etária que vivem em domicílios vulneráveis à pobreza e que retornam diariamente do trabalho, multiplicado por 100.

POPULAÇÃO

Este bloco traz as populações de homens e de mulheres **por faixas etárias de 5 anos** (0 a 4, 5 a 9, 10 a 14, etc.), além de **populações específicas** utilizadas como referência nos indicadores.

População feminina de 25 a 29 anos de idade

População nesta faixa etária e do sexo feminino.

População total em domicílios particulares permanentes

População residente em domicílios particulares permanentes. Exclui os residentes em domicílios coletivos, como pensões, hotéis, prisões, quartéis, hospitais.

PEA - 10 anos ou mais

População economicamente ativa. Corresponde ao número de pessoas nessa faixa etária que, na semana de referência do Censo, encontravam-se ocupadas no mercado de trabalho ou que, encontrando-se desocupadas, tinham procurado trabalho no mês anterior à data da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Este bloco inclui o **Índice de Desenvolvimento Humano**, os subíndices que o compõem, relativos às dimensões **Renda, Educação e Longevidade**, além dos subíndices que compõem o índice da dimensão Educação (os índices das dimensões Renda e Longevidade são construídos a partir de um único indicador - renda per capita e esperança de vida ao nascer, respectivamente).

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

IDHM Renda (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Renda)

Índice da dimensão Renda que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido a partir do indicador Renda *per capita*, através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{valor mínimo})] / [\ln(\text{valor máximo}) - \ln(\text{valor mínimo})]$, onde os valores mínimo e máximo são R\$ 8,00 e R\$ 4.033,00 (a preços de agosto de 2010).

IDHM Longevidade (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Longevidade)

Índice da dimensão Longevidade que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido a partir do indicador Esperança de vida ao nascer, através da fórmula: $[(\text{valor observado do indicador}) - (\text{valor mínimo})] / [(\text{valor máximo}) - (\text{valor mínimo})]$, onde os valores mínimo e máximo são 25 e 85 anos, respectivamente.

IDHM Educação (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Educação)

Índice sintético da dimensão Educação que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido através da média geométrica do subíndice de frequência de crianças e jovens à escola, com peso de 2/3, e do subíndice de escolaridade da população adulta, com peso de 1/3.

Subíndice de escolaridade fundamental da população adulta - IDHM Educação

Subíndice selecionado para compor o IDHM Educação, representando o nível de escolaridade da população adulta. É obtido pelo indicador % de jovens e adultos com 18 anos ou mais com o fundamental completo.

Subíndice de frequência escolar da população jovem - IDHM Educação

Subíndice selecionado para compor o IDHM Educação, representando a frequência de crianças e jovens à escola em séries adequadas à sua idade. É obtido através da média aritmética simples de 4 indicadores: % de crianças de 5 a 6 anos na escola, % de crianças de 11 a 13 anos no 2º ciclo do fundamental, % de jovens de 15 a 17 anos com o fundamental completo e % de jovens de 18 a 20 anos com o médio completo



Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada